PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
16º EXAME DE SELEÇÃO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 23.02.2025

1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – É juridicamente viável a previsão, na Constituição Estadual, de consulta popular obrigatória, vinculante e prévia à remessa do projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo? Fundamente sua resposta. (50 pontos)

2 – O Governador do Estado deseja encaminhar à Assembleia Legislativa projeto de lei que autoriza a criação de uma empresa pública voltada à operação de um aplicativo de entrega de refeições, sob o argumento de que os trabalhadores do setor sofrem com baixas remunerações. Analise a viabilidade jurídica da proposição. (50 pontos)

2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – O Estado do Rio de Janeiro celebrou convênio com a União para promover o direito à habitação e fornecer casas à população. No convênio, a contrapartida do Estado é doar um bem público estadual situado em área propícia para o empreendimento, a ser construído pela União. Ao iniciar as providências voltadas à doação, a Secretaria Estadual de Habitação verificou que o imóvel estava afetado ao funcionamento de uma escola estadual. Diante disso, considerando a inexistência de outros imóveis passíveis de atender ao convênio, responda, fundamentadamente: (a) A doação pode ser efetivada? (b) Em caso positivo, quais os requisitos legais para tanto? (50 pontos)

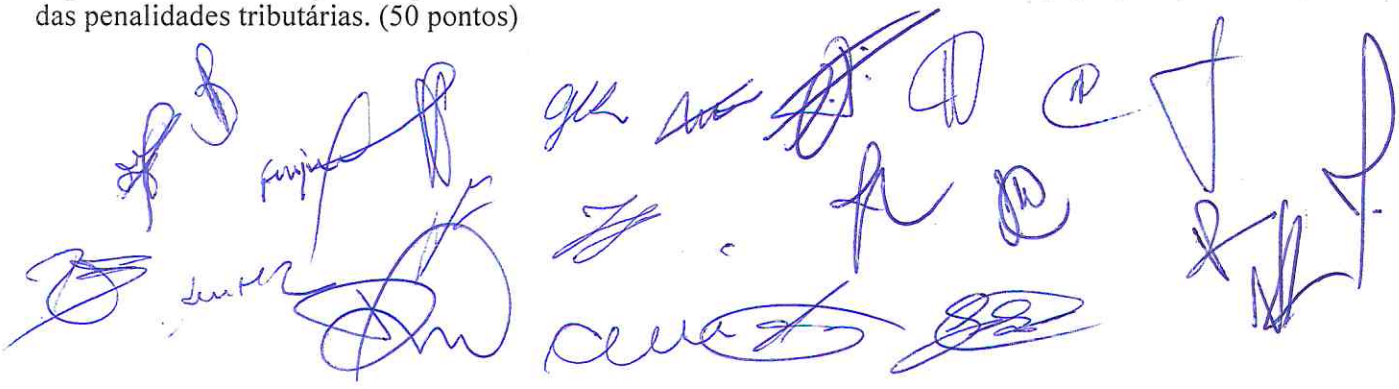
2 – A Administração Pública celebrou contrato para aquisição e fornecimento contínuo de determinado medicamento, sem previsão quanto à possibilidade de prorrogação. Próximo ao termo final do contrato, o gestor verifica que não conseguirá concluir a nova licitação antes do término do prazo contratual. Dado se tratar de medicamento fundamental, ele indaga à Assessoria Jurídica quanto à possibilidade de prorrogação do contrato. Diante desse cenário, responda, justificadamente: (a) É possível a prorrogação? (b) À luz da sua resposta, quais as providências administrativas necessárias para assegurar o fornecimento do medicamento? (50 pontos)

3 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 – Interposto Recurso Especial em matéria de frequente judicialização, o Recurso é admitido pela Vice-Presidência do Tribunal local e encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça. Responda fundamentadamente às seguintes perguntas, à luz do CPC e da jurisprudência do STJ: a) No que consiste a sistemática de afetação dos recursos repetitivos? (15 pontos) b) O recorrente pode desistir do Recurso Especial já afetado? (20 pontos) c) A conclusão seria a mesma antes de o Recurso Especial ter sido afetado? (15 pontos)

2 – Discorra sobre o conceito de Fazenda Pública e fundamente as prerrogativas que lhe são conferidas em juízo, mencionando 3 (três) exemplos. (50 pontos)

4 – DIREITO TRIBUTÁRIO

1 – A legislação tributária do Estado Alfa prevê que fábricas e distribuidoras de refrigerantes devem recolher antecipadamente o ICMS devido pelos contribuintes que realizam vendas de refrigerantes a consumidores finais.
O Estado exigiu o recolhimento do ICMS a título de substituição tributária considerando um valor do refrigerante superior ao praticado pelo contribuinte XPTO na venda aos consumidores finais.
Com base nesse contexto, responda fundamentadamente: a) Conceitue Substituição Tributária e identifique a modalidade aplicada no caso, justificando sua resposta. (25 pontos) b) No caso concreto, o contribuinte XPTO tem direito à devolução do valor recolhido a maior? Fundamente sua resposta. (15 pontos) c) Existe relação jurídico-tributária entre o consumidor final e o Estado? (10 pontos)

2 – O Estado Beta pretende aumentar, de 20% para 200%, o percentual da multa devida pelo não recolhimento do imposto declarado no prazo legal. Discorra sobre a constitucionalidade da mudança proposta, abordando a natureza das penalidades tributárias. (50 pontos)